

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DEB SC
AL FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Deputados aprovam licença maternidade de 180 dias

Plenário autoriza substitutivo global ampliando em 60 dias afastamento do trabalho para servidoras públicas

Página 7

Começam as comemorações dos 175 anos do Parlamento

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão solene presta homenagem aos parlamentares e servidores que ajudaram a construir a trajetória de quatro décadas da comunicação social do Poder

Sessão solene realizada dia 3 no Plenário Osny Régis abriu as comemorações dos 175 anos do Parlamento catarinense. Na cerimônia, foram destacados os 40 anos da comunicação social da Casa. Um vídeo produzido pela TVAL abordou as quatro décadas de trabalho e contou um pouco da história do setor.

Na cerimônia, foram homenageados parlamentares e servidores da Casa, como a responsável pela Sala de Imprensa, Jamile Machado, há 35 anos em atividade.

Também foi lançado o livro "A Construção da Democracia", produzido pela Assembleia Legislativa, retratando fatos da história do Poder Legislativo catarinense. A obra é baseada em pesquisa e faz um balanço dos principais episódios desde 1834.

Páginas 4 e 5

Escola do Legislativo comemora trajetória de oito anos

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados destacam ações de promoção da cidadania

Página 3

Congresso Catarinense reúne 260 prefeitos brasileiros

Carlos Kilian



Congresso busca capacitar gestores para primeiro mandato

Página 3

Código do Meio Ambiente e Serra do Tabuleiro ganham mais prazo

Página 6

OPINIÃO

Lotéricas e Correios necessitam de segurança

Desde que as casas lotéricas e os postos dos correios começaram a assumir funções antes exclusivas de agências bancárias, como realizar depósitos, sacar dinheiro, pagar contas de água, luz, telefone e boletos bancários, esses estabelecimentos passaram a assumir riscos que também eram só de bancos. Virou rotina ver em jornais e telejornais notícias desses pontos como mira de roubos, assaltos e furtos.

O trabalho desenvolvido pelas instituições e as facilidades que oferecem aos consumidores as tornam alvos fáceis de golpes de criminosos, tendo em vista a precária segurança que oferecem. O aumento da segurança nas agências bancárias, por sua vez, leva os bandidos a procurarem alternativas menos trabalhosas para obter quantias volumosas de dinheiro.

Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa

Catarina (SSP/SC) apontam que o número de assaltos a bancos vem caindo bastante nos últimos anos. Em 2004, a Polícia Militar (PM/SC) contabilizou 76 boletins de ocorrência pelo serviço Emergência 190. Em 2006, esse número baixou para 52 registros e, segundo as estatísticas divulgadas no site da SSP, houve uma redução ainda maior em 2007, quando foram registradas apenas 27 ocorrências nos primeiros nove meses do ano. Assim, a migração de crimes pode levar a um aumento no número de assaltos a casas lotéricas e agências do correio.

Portanto, atendendo solicitação do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (Sindesp-SC) e da Federação dos Vigilantes Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Santa Catarina (Fevasc), propôs o Projeto de Lei nº 250/2008, em prol da maior

segurança dos catarinenses.

O PL estabelece a obrigatoriedade do serviço de segurança nas casas lotéricas e agências do correio localizadas no território catarinense, prestado por vigilantes profissionais, visando a segurança dos usuários, funcionários e proprietários. O não cumprimento da lei implicará multas cumulativas e podem levar até mesmo ao lacre do estabelecimento, que tem 90 dias para se adequar às normas.

O vigilante profissional atuará no horário de funcionamento do estabelecimento e deve preencher todos os requisitos previstos nas leis em vigor e que regulamentam a referida atividade profissional. A previsão é de que o projeto seja votado até o final de 2008 na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Deputado Renato Hinning (PMDB)

A beleza de ser humano

Cada vez que uma tragédia se abate sobre um povo, o ser humano mostra sua face bondosa. Diante da maior catástrofe catarinense de todos os tempos, o Brasil se mobilizou em estádios de futebol, centros comunitários e até em favelas para ajudar os irmãos catarinenses.

Presenciamos a força de um povo que se une. Empresas, associações e gente comum se irmanaram na solidariedade aos flagelados desta enchente tão fora de época. Em Joinville, presenciei a generosidade das pessoas quando fui buscar nos frigoríficos e no Ceasa mantimentos que lotaram uma frota composta por um caminhão grande e pelo menos cinco caminhonetes. Visitei cidades e vi de perto a situação de guerra em que milhares de pessoas se encontravam. Não há como se manter imune a tanta dor. Em Ilhota, presenciei um verdadeiro caos e uma vertente de lágrimas do prefeito. Como disse a deputada Ana Paula Lima, nesses

momentos parece que somos tão pequenos! Mas a sensação de impotência se dissipa quando vemos essa corrente do bem, em que pessoas aguerridas dedicam-se a ajudar os semelhantes.

Se procurei fazer minha parte como cidadão e cristão, como deputado pude também contribuir humildemente. Particpei de uma reunião com o governador e prefeitos para discutir as ações de reestruturação das cidades da Região Norte. O governador determinou que uma verba de um milhão fosse usada para a compra de materiais como tubulação, saibro, postes etc. A idéia inicial era destinar cem mil reais para cada uma das oito cidades participantes, e a meu pedido às cidades litorâneas Barra do Sul, Barra Velha, Itapoá e São Francisco do Sul foram destinado 50 mil reais a mais, totalizando 150 mil, para que possam preparar-se para receber os turistas que começam a chegar durante as próximas

semanas para veranejar. E como nenhuma atividade pública se faz sozinha, ouvi pessoas e acatei idéias para, como deputado, oferecer minha contribuição. Entre os contatos que fiz, um foi determinante para fazer uma indicação na Assembléia, o contato com o Pastor Gilson Siqueira, que sabedor da dificuldade das empresas moveleiras de Santa Catarina, e vendo a necessidade de recomeçar de muitos catarinenses, sugeriu a confecção de um contrato entre o governo do estado e os empresários do ramo de moveleiro para produção de móveis que se destinem às famílias vítimas das enchentes em Santa Catarina.

É assim, com atitude e boas idéias que Santa Catarina será reconstruída, ainda que pese a dor da perda, há de ficar a crença na bondade do ser humano, essa criatura divina.

Deputado Kennedy Nunes (PP)



Carlos Kilian

Camponesa em destaque

A coordenadora do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Neide Furlan, foi homenageada, dia 20, na sessão solene em comemoração aos 25 anos da organização. A iniciativa da homenagem partiu do deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

[AGENDA]

• **Dia 8, 19h** - Lançamento do livro "Os mil discursos do deputado federal Edinho Bez"

Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

• **Dia 8, 19h30** - Sessão solene em comemoração aos 50 anos de vida sacerdotal do padre Valdir Piazza Borges

Local: Auditório do Salão Paroquial da Igreja Matriz Santuário Sagrado Coração de Jesus de Gravatal - Gravatal

• **Dia 9, 19h** - Lançamento do livro "Luiz Arthur - A história de um anjo", de Charles Miranda da Silva

Local: Hall da Assembléia Legislativa

• **Dia 9, 19h30** - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública para discutir as estações de tratamento de esgoto do Sul da Ilha de Santa Catarina e seus impactos sobre a maricultura

Local: Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão - Ribeirão da Ilha - Florianópolis

• **Dia 10, 9h** - Comissão de Saúde - Audiência pública "Discussão dos serviços de saúde de Santa Catarina"

Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **Dia 10, 19h** - Lançamento de livro "Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade"

Local: Hall da Assembléia Legislativa

• **Dias 11 e 12, 9h** - Escola do Legislativo - Seminário Nacional de Gestão Estratégica no Poder Legislativo

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Escola do Legislativo completa oito anos

Sessão solene presta homenagem à entidade, que atraiu mais de 13 mil participantes aos cursos realizados esse ano

Graziela May Pereira

Com a missão de contribuir com o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecendo sua relação com a sociedade, através da formação política e educação para a cidadania, a Escola do Legislativo comemorou, dia 1º, oito anos de criação. Uma sessão solene realizada no Plenário Osni Régis atraiu professores, colaboradores e alunos das mais de 350 atividades oferecidas pela Escola.

Em 2008, foram mais de 13 mil beneficiados pelas atividades e, desde a criação da Escola do Legislativo, mais de 40 mil participações. Entre os cursos deste ano, os destaques ficam com o Programa Conhecendo o Parlamento e o Ciclo de Debates sobre as Eleições 2008. O ciclo, que orientou lideranças sobre legislação eleitoral, foi viabilizado pela parceria entre Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas e Tribunal Regional Eleitoral.

Segundo o presidente da Escola, deputado Joares Ponticelli (PP), a entidade, que atua na área educacional, promove cursos, palestras, seminários e atividades importantes para a formação de sujeitos conscientes da relevância de sua ação na sociedade. "Essa homenagem é um momento importante para nós. A Escola é um instrumento que serve para aproximar a Assembléia Legislativa da sociedade catarinense", disse. Ponticelli ainda afirmou que a entidade está tendo papel fundamental na mudança do conceito da sociedade sobre o Poder Legislativo.

Instituída pela Resolução n.º 72,

do dia 19 de dezembro de 2000, sendo a terceira Escola do Legislativo do país a ser criada, a entidade aprimora-se como instrumento de valorização do Parlamento. O presidente da Associação das Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina, Alcino Beloli Borges, elogiou os cursos oferecidos. "Graças a este importante instrumento as instituições públicas já podem oferecer um serviço mais adequado. É uma iniciativa louvável."

Cidadania

Em nome dos 16 homenageados, o ex-diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, juiz Volnei Celso Tomazini, destacou a gestão apolítica dos últimos anos. "Isso foi benéfico para o trabalho de levar a cultura política-eleitoral aos diversos rincões do Estado. É a Escola se aproximando cada vez mais da sociedade", disse.

O fundador e primeiro presidente da instituição, deputado Gilmar Knaesel (PSDB), fez um breve relato sobre o início dos trabalhos. De acordo com ele, a Escola do Legislativo surgiu depois da realização de um senso com os funcionários. "Duas coisas me chamaram a atenção. Os servidores tinham duas preocupações: casa própria e melhorar sua qualificação".

Depois do senso veio o primeiro curso oferecido: Supletivo do 1º e 2º graus. "A Escola cresceu em parceria e agora está aperfeiçoando os nossos servidores. Está fortalecendo o Parlamento porque firme e forte é a garantia da democracia e da cidadania", finalizou.



Em nome dos homenageados, juiz Volnei Celso Tomazini destacou função social do trabalho da escola

Homenageados

- Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: **Conselheiro José Carlos Pacheco**
- Supervisor Instituto de Contas: **Conselheiro César Filomeno Fontes**
- Presidente da União de Vereadores de Santa Catarina: **Vereador Rui Mendonça**
- Presidente da Escola de Pais do Brasil/Florianópolis: **Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira**
- Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo: **Florian Augusto Coutinho Madruga**
- Diretor da Subsecretaria de Treinamento do Instituto Legislativo Brasileiro: **Carlos Roberto Stuckert**
- Presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial: **Rosane Teresinha Jahnke Vailatti**
- Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina: **Juiz Volnei Celso Tomazini**
- Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de SC: **Desembargador João Eduardo Souza Varella**
- Diretor Regional do Senac, Departamento Regional em SC: **Rudney Raulino**
- Diretora da E.E.B. Cecília Rosa Lopes: **Professora Cassiana Pereira**
- Diretora da E.E.B. Dom Jaime Câmara: **Professora Valéria Sakr**
- Diretora da E.E.B. Juscelino Kubistchek: **Professora Margarete Inácio da Silva**
- Diretora da E.E.B. Laura Lima: **Professor Alairton Alberton**
- Diretor do Instituto Estadual de Educação: **Professora Gilda Mara Marcondes Penha**
- Diretor da Escola Municipal Maria Luiza de Mello: **Professora Darci Terezinha M. Guesser**

Congresso reúne 260 prefeitos

Em meio a uma das maiores catástrofes ambientais de Santa Catarina, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais do estado, atuais e eleitos, estiveram em Florianópolis participando do IV Congresso Catarinense de Municípios, promovido pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Assembléia Legislativa e associações de municípios.

O evento, realizado do dia 1º ao dia 3, no auditório do CentroSul, tratou de temas como planejamento governamental, prevenção contra desastres, reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão municipal e as ações dos governos federal e estadual. Com mais de mil

inscritos e cerca de 260 prefeitos, o congresso buscou capacitar novos gestores, principalmente para o primeiro ano de mandato.

Antes do início do encontro os participantes fizeram um minuto de silêncio pelas vítimas dos desmoronamentos no Vale do Itajaí. O presidente da Fecam, Dávio Leu (DEM), prefeito de Massaranduba, apontou o congresso como uma oportunidade de reflexão. "Por isso mudamos a programação com um painel voltado para desastres. Precisamos pensar em gestão para médio e longo prazos, que atravessem os mandatos, para evitar novas perdas para os municípios", destacou.

O primeiro-tesoureiro da Con-

federação Nacional de Municípios (CNM) e prefeito de Ibirubá (RS), Mauri Eduardo de Barros Heinrich (PMDB), se solidarizou à dor dos catarinenses. Ele parabenizou prefeitos e prefeitas eleitas.

Representando a Assembléia Legislativa, o deputado Décio Góes (PT), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, recomendou que os municípios providenciem um mapa com os pontos de risco.

Participaram da solenidade os deputados Romildo Titon, Ada de Luca, Edison Andrino, Manoel Mota e Renato Hinnig, todos do PMDB, Dirceu Dresch e Pedro Uczai, do PT, Marcos Vieira (PSDB) e Narcizo Parisotto (PTB).

Governador destaca frentes de trabalho para recuperar SC

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) focou seu discurso na tragédia que abateu sobre Santa Catarina. "Vivemos uma noite escura e tempestuosa, mas que o alvorecer está ali na frente, tenho certeza", continuou.

Segundo LHS, o governo do Estado atua em quatro etapas. A primeira, direcionada ao salvamento de vidas, abrigos, alimentação e imunização dos desalojados para evitar uma epidemia. A segunda é na limpeza e na desobstrução para devolver às cidades as suas fisionomias. A terceira na reconstrução de pontes e estradas, entre outras ações de infra-estrutura. Quere-

mos fazer o mais rápido possível e para isto contamos com o governo federal e a solidariedade dos estados, principalmente os que estão mais próximos", explicou. A quarta etapa é a pesquisa e investigação das causas dos desabamentos de terra em diversos pontos.

A senadora Ideli Salvatti (PT/SC), coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense, alertou sobre a importância da fiscalização das ações nos municípios para que eventos climáticos, como os que aconteceram no Vale do Itajaí, não acabem em morte. "Não temos o direito de permitir a construção de loteamentos em áreas íngremes".

INSTITUCIONAL

Passeio pela história



Para contar um pouco da trajetória do Parlamento catarinense nos seus 175 anos, a Diretoria de Comunicação Social produziu o livro "A Construção da Democracia – os fatos que marcaram os 175 do Parlamento Catarinense (1834-2009)". Baseada em pesquisa histórica, a obra faz um balanço dos principais fatos do Poder Legislativo desde a sua instalação, em 1834.

"Nesses quase dois séculos de existência, a Assembléia Legislativa catarinense e cada um dos parlamentares que por ela passaram, deixaram a sua marca, a seu modo, ajudaram a construir o que somos hoje", afirma o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM) na apresentação da obra, que tem a missão de "dar pinceladas" na história do Legislativo de Santa Catarina.

O início

A criação das Assembleias Legislativas Provinciais ocorreu através de Ato Adicional à Constituição de 1824. Com membros eleitos, as Assembleias representavam a concessão de mais autonomia às províncias, já que os antigos Conselhos Gerais não eram independentes. As Assembleias ganharam competência para legislar sobre os tópicos essenciais para o bom funcionamento da província: organização civil, judiciária e eclesiástica, instrução pública, segurança, orçamento dos municípios, tributação, obras e viação pública.



Liberais ganham Desterro

Pouco tempo depois da chegada de Jerônimo Coelho e Manoel Paranhos da Silva Veloso a Desterro, as idéias liberais ganharam força. O Ato Adicional foi instituído em 12 de agosto de 1834 e começaram as providências para a instituição do Poder Legislativo. O primeiro passo foi a realização das eleições para a Assembléia Legislativa Provincial, em 9 de novembro de 1834. Nesse pleito, ambos foram eleitos deputados provinciais. Outros membros da Sociedade Patriótica também foram conduzidos pelo povo ao Parlamento: Anacleto José Pereira da Silva, Henrique Marques de Oliveira Lisboa, João Antônio Terres, João Francisco de Sousa Coutinho, Joaquim Caetano da Silva, José da Silva Mafra, Tomaz Silveira de Sousa e Miguel Joaquim do Livramento.

Na época, o voto era censitário – só podia votar quem possuísse algum rendimento. As eleições obedeciam às determinações legais emanadas do rei e adotadas em todas as regiões sob o domínio de Portugal. Conforme as ordenações do reino, Santa Catarina tinha o direito de eleger 20 parlamentares para dois anos.



Assembléia Legislativa Provincial

Eleitos os parlamentares, o próximo passo foi realizar as sessões preparatórias para definir a instalação da Assembléia Provincial. Como não havia separação entre Estado e Igreja – para ser deputado era preciso ser católico – as duas sessões foram realizadas na Catedral, nos dois últimos dias de fevereiro de 1835. Na primeira sessão preparatória foram escolhidos os membros da Mesa e o presidente. A composição da primeira legislatura (1835-1837) teve como presidente Manoel Paranhos da Silva Veloso; vice-presidente Antônio Francisco da Costa, que renunciou dia 4 de março, assumindo Miguel de Souza Melo e Alvim; Primeiro Secretário Jerônimo Francisco Coelho; Segundo Secretário Polydoro do Amaral e Silva, que também renunciou dia 4 de março, assumindo Severo Amorim do Vale. O Período Legislativo, que atualmente corresponde a um ano, era de apenas dois meses. E, excepcionalmente, a primeira legislatura foi de três meses.



Na abertura das comemorações, destaque para os 40 anos da Comunicação Social; entre os deputados, Jamile Machado, uma das homenageadas

Sessão abre comemoração dos 175 anos do Legislativo

Comunicação Social do Legislativo completa 40 anos de serviços à sociedade catarinense

Rose Mary Paz Padilha

Às vésperas de completar 175 anos de criação, em 2009, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina abriu dia 3 as comemorações alusivas a essa data. A sessão solene, sob o comando do presidente Julio Garcia (DEM), recebeu um grande número de parlamentares, ex-parlamentares e ex-presidentes da Assembléia, autoridades de outros Poderes e servidores.

Entre os servidores, destaque para os que fizeram e fazem parte da história da Comunicação Social da Casa, que este ano completou 40 anos de atividades. Um vídeo produzido pela TVAL comemorou as quatro décadas de trabalho e contou um pouco da história da comunicação no Legislativo Estadual – o início das atividades e seus precursores, a precariedade de recursos para a produção de notícias e a evolução tecnológica.

Dentre os avanços, o vídeo mostrou a criação da TVAL, do AL Notícias, da Rádio Alesc Digital e do site de notícias com infor-

mações em tempo real sobre as atividades parlamentares.

Os deputados Kennedy Nunes (PP) e Cesar Souza Júnior (DEM) destacaram a competência e o profissionalismo do setor. Ressaltaram a independência editorial e o tratamento isonômico entre os parlamentares.

História

Criada no final da década de 60, como parte do Gabinete da Presidência, a Comunicação Social da Assembléia evoluiu ao longo dos anos com a abertura política, os adventos tecnológicos e a necessidade de transmitir informações aos veículos privados.

Atualmente, os quatro veículos que integram o grupo de informação pública da Assembléia Legislativa – jornal AL Notícias, Rádio Alesc Digital, TVAL e site (www.ale.sc.gov.br) – funcionam como uma agência de notícias do Legislativo, concentrando e transmitindo o material produzido para os veículos de comunicação.

Noite de homenagens

Por sua contribuição ao fortalecimento do órgão, recentemente elevado à Diretoria de Comunicação Social, deputados, ex-diretores e a atual diretora, jornalista Lúcia Helena Vieira, homenagearam o presidente Julio Garcia, que também foi destacado pela Câmara de Vereadores do Noroeste de Santa Catarina.

O ex-deputado Lecian Slovinski, que criou o setor de imprensa da Assembléia quando presidente da Casa, há 40 anos, recebeu uma placa de homenagem. Os agradecimentos foram estendidos ao ex-presidente, deputado Gilmar Knaesel (PSDB), pela implantação da TVAL, Jornal AL Notícias e Rádio Alesc Digital durante sua gestão, de 1999 a 2000. Knaesel afirmou que esses veículos de comunicação potencializaram o trabalho dos parlamentares.

Na sessão solene, foram homenageados servidores que fizeram e fazem parte da história da Comunicação Social. Entre eles, Jamile Machado foi destacada pelos 35 anos de dedicação no seu trabalho

Eduardo Guedes de Oliveira

Constituintes e Constituições da República Velha

O início da República no Brasil foi conflituoso. Uma das consequências foi a promulgação de várias constituições em curto espaço de tempo. Em 11 de junho de 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana de Santa Catarina. O comerciante Francisco Tolentino Vieira de Souza presidiu a Constituinte. A Constituição de 1891 moldou os poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo ao sistema republicano. Santa Catarina deixou de ser província para ser Estado autônomo e independente da República dos Estados Unidos do Brasil.

A Constituição de 1891, usada como base para as demais, foi suspensa pelo golpe de Estado aplicado pelo marechal Deodoro da Fonseca em novembro do mesmo ano. Uma nova Constituinte foi formada e outra Constituição foi promulgada em 7 de julho de 1892. A presidência desta Constituinte foi entregue a Eliseu Guilherme da Silva. A terceira Constituição republicana de Santa Catarina foi promulgada a 26 de janeiro de 1895, depois dos episódios turbulentos e sangrentos da Revolta Federalista. A nova Carta Magna vigoraria por 15 anos e a sua Constituinte foi presidida pelo religioso desterrense Joaquim Elói de Medeiros, capelão militar na Guerra do Paraguai.

A Constituinte de 1910, presidida por Antônio Pereira da Silva e Oliveira, foi promulgada em 23 de maio do mesmo ano. Antônio Vicente Bulcão Viana presidiu a última Constituinte da República Velha, promulgada em 27 de julho de 1928. A denominação do Poder Legislativo e a quantidade de deputados mudaram várias vezes durante esse período. A denominação Assembléia Legislativa, instituída em 1891, voltou a ser adotada nas constituições seguintes: 1892 e 1895.

Barriga Verde

Atual sede do Parlamento Catarinense, o Palácio Barriga Verde foi inaugurado em dezembro de 1970. O nome foi inspirado nos membros do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, famoso por seus atos de bravura. O regimento, que atuou no século XVIII, recebeu o nome pelo uniforme. O termo "barriga-verde" também designa os cidadãos nascidos em Santa Catarina.

Voto feminino e Antonieta de Barros

"(...) mulher, a sereia de um milagre cívico", dizia a Revista da Semana em 13 de maio de 1933, comemorando a instituição do voto feminino. A Lei Eleitoral de 1932 estendia o direito do sufrágio às mulheres e também instituiu o voto secreto. Em 3 de maio de 1933, foi eleita a Assembléia Constituinte do Brasil. Dois anos depois, a Legislatura de 1935 teve a presença de Antonieta de Barros (Partido Liberal – PL), a primeira mulher a ser eleita deputada estadual em Santa Catarina.

Século XXI

No final da década de 90, várias mudanças físicas e comportamentais começaram a se consolidar. Os presidentes da 14ª legislatura (1999/2003) contribuíram para melhorar a estrutura física do Palácio Barriga Verde. O primeiro presidente, Gilmar Knaesel (PSDB), criou a emissora de TV do Legislativo, o site da Alesc e o jornal AL Notícias, informativo totalmente produzido dentro da Assembléia, pelos profissionais da Coordenadoria de Imprensa.

Novas instalações, nova postura

De 2005 a 2008, o Palácio Barriga Verde cresceu para abrigar mais atividades voltadas aos catarinenses. Após a inauguração do auditório Antonieta de Barros, o edifício somou mais de 20 mil metros quadrados à área construída – o dobro do que tinha quando foi inaugurado em 1970. O Plenarinho também foi modernizado e ganhou 113 lugares e ainda construíram-se duas salas para reuniões das comissões permanentes projetadas para abrigar 55 pessoas no total. O plano diretor da Assembléia prevê a construção do Anexo Sul até 2010. A administração da Casa priorizou a aproximação com a sociedade e a valorização do servidor, que nesse ano somavam 1.359 efetivos e comissionados. O passo decisivo foi dado com a aprovação unânime da Reforma Administrativa. A Assembléia Legislativa projetou também a democratização dos espaços internos do Palácio Barriga Verde, tornando-se o primeiro órgão público a firmar compromisso com o Ministério Público, com o objetivo de permitir a inclusão, adaptando o suas instalações para melhor acesso do deficiente físico.



GERAL

Mais prazo para Código do Meio Ambiente

Projeto que reavalia e define limites do Parque da Serra do Tabuleiro também perde caráter de urgência

Dois polêmicos projetos de lei, ambos de autoria do Executivo e que tramitam na Casa, tiveram retirados o caráter de urgência na sessão ordinária do dia 3. O PL nº 238/2008, que institui o Código Ambiental, e o PL nº 347/2008, que reavalia e define os limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, tiveram seus prazos de tramitação no Legislativo estendidos.

O Código Ambiental recebeu inúmeros pedidos para que tivesse sua discussão estendida, mesmo após as 10 audiências públicas realizadas no estado e que atraíram mais de 5 mil pessoas. Parlamentares, ambientalistas, professores e pesquisadores manifestaram o desejo de maior debate em torno de matéria tão complexa. Após discussão do tema na reunião de líderes, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), comunicou que o prazo para apresentação de emendas ao Código vai, agora, até o dia 27 de fevereiro de 2009, enquanto que a votação deverá ocorrer até 31 de março.

A notícia agradou a oposição. A deputada Ana Paula Lima (PT) ocupou espaço para parabenizar o presidente Julio Garcia, bem como todos os líderes de bancada do Legislativo e o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

Enquanto que o deputado Dirceu Dresch (PT) acredita que “um estudo mais abrangente é fundamental para esta matéria”. Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) também manifestou o desejo de, a partir deste adiamento, “produzir uma proposta ainda melhor, adequando as leis ambientais à realidade da região”.

Já o projeto que trata dos limites da Serra do Tabuleiro ainda não tem os prazos oficialmente definidos, mas deverá seguir prazos semelhantes ao do Código.

Abaixo-assinado

Um dia antes da decisão, foi entregue no gabinete da Presidência um abaixo-assinado com mais de duas mil assinaturas pedindo para que os parlamentares não votarem este ano o projeto de lei do Código Ambiental. A iniciativa partiu de um grupo de pesquisadores, especialistas em meio ambiente das universidades Federal de Santa Catarina (UFSC), FURB, Unesc e Univali. A professora em Gestão de Recursos Hídricos e secretária-executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, Beate Frank, defendeu a necessidade de uma discussão mais ampla no próximo ano.



Decisão agrada oposição: deputada Ana Paula parabeniza presidente Julio Garcia e líderes de bancada

Setores produtivos defendiam votação esse ano

O projeto para criação do Código Ambiental para Santa Catarina também foi discutido dia 3, na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Representantes de diversas entidades do setor produtivo fizeram apelo para que a matéria fosse votada ainda este ano.

Falando em nome deles, o representante da Organização das

Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc), Décio Sonaglio, se disse preocupado com o que vai ocorrer no estado a partir da catástrofe decorrente da chuva.

Para Sonaglio, o meio rural está na condição de preservação e, por isso, solicita que seja regulamentada a atuação das 187 mil famílias do setor.

“Na nossa visão o Código Am-

biental está correto, perfeito e irá avançar muito na preservação do meio ambiente na zona rural. Por isso estamos pedindo que seja discutida a proposta, não obstante aos problemas dos centros urbanos. “Não podemos associar a catástrofe ao que está em discussão. O Código Ambiental irá equacionar as questões ambientais relativas ao meio ambiente na zona rural”, disse.

Direitos e Garantias apresenta relatório de atividade

Na última reunião do ano, no dia 3, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), apresentou um relatório de atividades dos últimos dois anos. O documento foi distribuído aos deputados membros da comissão e encaminhado às demais comissões técnicas da Casa.

A publicação traz informações gerais sobre o Poder Legislativo, deveres e atribuições parlamentares. A revista destaca atividades como reuniões, deliberações de projetos, jornadas, campanhas, participação em eventos externos e a realização de várias audiências públicas sobre assuntos de interesse da comunidade catarinense.

Dois projetos de lei foram aprovados na reunião. O primeiro foi o PL nº 78/08, de autoria do deputado Nilson Gonçalves

(PSDB), que estabelece que em todas as instituições financeiras e outros estabelecimentos que operem com financiamento, crédito e empréstimos, deverão ser fixados cartazes e mantidos avisos informando que a Lei Federal nº 8.078/1990 assegura ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

O PL nº 61/07, do deputado Pedro Uczai (PT), foi o segundo a receber parecer favorável. A matéria dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade Racial no estado e tem o objetivo de fazer cumprir os preceitos constitucionais e demais normas que proclamam a igualdade racial e a valorização da população negra e indígena no combate ao racismo e a discriminação.

Plenário autoriza pensão para viúvas de ex-governadores

O Projeto de Lei Complementar nº 40, que equipara o valor da pensão das viúvas de ex-governadores ao subsídio do Chefe do Poder Executivo, foi aprovado, dia 3, em Plenário, apesar da contrariedade de alguns parlamentares. O deputado Pedro Baldissera (PT) classificou projeto como “uma flagrante inconstitucionalidade, uma afronta ao artigo 37 da Constituição Federal”.

Na mesma direção, o deputado Soares cobrou consideração semelhante às viúvas de policiais e bombeiros que morreram em serviço e comunicou seu voto contrário ao PLC. A matéria recebeu, no dia 2, o aval da Comissão de Constituição e Justiça e no dia seguinte da Comissão de Finanças.

Na CCJ, o PLC estava com voto visto do deputado Joares Ponticelli (PP), que apresentou parecer favorável, ressaltando que o conteúdo deve ser tratado

com toda a responsabilidade que merece.

Padre Pedro Baldissera (PT), contrário à proposição, disse que espera do Supremo Tribunal Federal um presente de Natal: o fim da pensão aos ex-governadores.

Para o líder do governo na Casa, deputado Herneus de

Nadal (PMDB), quem disciplina o assunto são os parlamentares, já que nem o governador ou as viúvas decidem o que ganham ou o que irão ganhar.

O debate encerrou com o posicionamento de Gelson Merísio (DEM), afirmando que o projeto é simples, porém com grande conteúdo político.



Para líder do governo, parlamentares devem disciplinar assunto

PLENÁRIO

Licença-maternidade passa a ser de 180 dias para funcionárias públicas

Substitutivo global foi aprovado no Parlamento em primeiro e segundo turnos e segue para análise do Executivo

Na sessão plenária do dia 3, os parlamentares aprovaram, em primeiro e segundo turnos, substitutivo global, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), aos projetos de lei complementar dos deputados Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) e José Natal Pereira (PSDB), que altera o Estatuto dos Servidores Públicos de Santa Catarina. A matéria segue para análise do Executivo. A principal mudança trata de assegurar à funcionária gestante, mediante inspeção médica, a licença com remuneração pelo prazo de 180 dias. Atualmente, o benefício é concedido pelo período de 120 dias.

A matéria determina também que, vencida a licença-maternidade, a lactante pode ausentar-se do serviço pelo espaço de até duas horas por dia, dependendo de sua carga horária, por até 60 dias. A gestante que na data da

publicação da lei encontrar-se licenciada, terá direito à continuidade da licença até o limite de 180 dias.

O funcionário público, mediante comprovação da certidão de nascimento do filho, terá direito à licença-paternidade, sem prejuízo de remuneração, pelo prazo de 30 dias.

Outro item estabelece que, sem prejuízo de seus direitos, o servidor poderá faltar ao serviço oito dias consecutivos por motivo do seu casamento ou falecimento do cônjuge ou parceiro e parentes até segundo grau.

Avaliação

Segundo o diretor de Formação Sindical do Sintespe, Sebastião Amorim, a aprovação da alteração da Lei é de extrema importância para a sociedade. “Aumentar a licença-maternidade de quatro meses para seis



Deputados autorizam mudança no Estatuto dos Servidores Públicos de Santa Catarina

meses é imprescindível na vida da criança. Se a sociedade for pensar no custo-benefício o retorno é bem maior”, disse.

Em relação ao aumento do

número de dias da licença-paternidade, Amorim acredita que a maternidade trará a redução dos casos de depressão pós-parto. “Uma mãe que faz uma cesárea

precisa da ajuda do pai e 30 dias são perfeitos para isso. Acredito que com isso o número de depressão pós-parto vai cair drasticamente”, completou.

Avaliação psicológica e crédito suplementar

Aprovado também no dia 3 o projeto PL de nº 149/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir assistência psicológica aos servidores civis e militares integrantes dos órgãos de segurança pública de Santa Catarina.

O programa estipula que o Estado submeterá seus servidores da área de segurança a uma avaliação psicológica junto à profissional registrado no Conselho Regional

de Psicologia e, caso comprovada a necessidade, deverão receber tratamento equivalente.

A matéria, de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), recebeu emenda substitutiva global do deputado Sargento Amauri Soares (PDT).

Outros dois projetos de lei que tiveram aprovação tratam de autorização de abertura de crédito. O PL nº 225/2008 autoriza crédito

suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab) na ordem de R\$ 1,5 milhão.

Já o PL nº 323/2008 autoriza crédito suplementar em favor da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público e Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina no valor de R\$ 9 milhões.

Criado fórum do piso do magistério

Cerca de 100 professores assistiram dia 3 à instalação do Fórum Parlamentar em Defesa do Piso Nacional dos Professores da Educação Básica, proposta pela bancada do PT. O partido tomou a decisão após cinco governadores entrarem com pedido de Ação Indireta de Inconstitucionalidade (ADI), entre eles Luiz Henrique da Silveira (PMDB), para impedir a aplicação da lei aprovada no Congresso Nacional que garante um piso mínimo para o magistério brasileiro.

Na primeira reunião do Fórum ficou decidido que o secretário de Educação, Paulo Bauer, será convocado para esclarecer

o motivo pelo qual o governo do Estado entrou com a ADI. Trabalhar pela incorporação de uma emenda que contenha os 2/3 (dois terços) para garantir o pagamento do piso no Orçamento de 2009 também foi aprovado pelo Fórum.

De acordo com a lei federal, no ano que vem os professores da rede estadual têm direito a receber 2/3 da diferença entre o piso atual, de R\$ 509,00, e os R\$ 950,00 do piso nacional. “A Frente Nacional foi o primeiro passo para a implantação da lei. Agora, todos os estados estão formando seus fóruns. Vamos garantir que essa categoria seja beneficiada”, disse o deputado

Pedro Uczai (PT), eleito coordenador do Fórum.

O governo catarinense questiona os dois principais artigos da lei: o que conceitua piso e o que garante os 33% de hora atividade. Uczai explica que, pela lei, o piso é o vencimento inicial das carreiras e “o nosso governador quer continuar com a política de abonos e prêmios”, criticou.

O parlamentar ainda afirmou que o Supremo Tribunal Federal deve dar a decisão sobre a ADI até o dia 10 deste mês, para que não prejudique a aplicação da lei. Depois disso o governador vai ser obrigado a cumprir a lei”, disse.

Parlamento reconhece campanha contra a corrupção

Durante a sessão ordinária do dia 3, os parlamentares aprovaram por unanimidade duas moções de aplauso, direcionadas ao Ministério Público Estadual e ao promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto. A homenagem foi proposta pela Mesa da Casa como reconhecimento oficial do Parlamento pela atuação do órgão e do promotor por ações preventivas, através da campanha institucional “O que você tem a ver com a corrupção?” A Assembleia Legislativa de Santa Catarina é parceira na campanha.

Os documentos foram assinados pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), e demonstram o reconhecimento do Legislativo catarinense pela iniciativa da campanha que, segundo o parlamentar,

“fortalece o exercício da cidadania e orgulha todos os catarinenses”.

Premiação

O promotor Affonso Ghizzo Neto, coordenador da campanha também receberá o prêmio concedido pelas Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), por este trabalho de conscientização pública. A cerimônia será realizada no dia 9 de dezembro, data em que se comemora o dia mundial de combate à corrupção. O evento é uma parceria entre o escritório da UNODC e a Controladoria Geral da União (CGU). A solenidade terá início às 14h30min, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), em Brasília.

INSTITUCIONAL

Fotos: Carlos Kilian



Do helicóptero, comitiva de deputados avista os estragos ocasionados nas instalações do Porto de Itajaí, que contabiliza prejuízos severos para a economia do estado

Deputados sobrevoam Vale do Itajaí

Parlamentares fazem reconhecimento ds áreas atingidas pelas chuvas e constata drama de famílias

Denise Arruda Bortolon*

Durante duas horas os deputados Décio Góes (PT), Serafim Venzon (PSDB) e Cesar Souza Júnior (DEM), da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, fizeram, dia 2, um vôo de reconhecimento das áreas mais atingidas pelas chuvas, constatando os efeitos da tragédia que assolou o Vale do Itajaí.

De acordo com os parlamentares, a localidade do Braço do Baú, em Ilhota, é o ponto mais crítico da região. Pessoas atingidas foram ouvidas pelos membros da comissão.

Os parlamentares constatarem que a paisagem mudou completamente: ao invés de um vale verde, com muitas plantações, restaram imensas fissuras que se abriram nos morros que circundam as comunidades do Morro do Baú.

O sobrevôo ocorreu por volta das 10 horas da manhã, partindo do Aeroporto de Navegantes,

onde estão concentradas as equipes da Força Aérea Brasileira (FAB) e da Defesa Civil do Estado. Dezenas de militares têm carregado diariamente helicópteros com donativos para as pessoas que estão em áreas isoladas, enquanto outros fazem a distribuição.

O deputado Cesar Júnior alertou que o momento ainda é de salvar-vidas, sem deixar de se preparar para a próxima etapa, de recuperação dos municípios. "Temos que agradecer a solidariedade de todos os brasileiros. Reconstruir o estado é o nosso maior desafio", concluiu.

Antes da vistoria, Góes destacava a importância do Código Ambiental. Para ele, o Projeto de Lei nº 238/08 deve ser amplamente discutido com técnicos e com a própria população para melhorias necessárias. "O que aconteceu lá é relativo a vários fatores, como a ocupação desordenada e o fato do solo ser arenoso. Vamos pedir ao governador que

retire o caráter de urgência desta matéria para que ela seja votada no primeiro semestre de 2009", emendou.

Depoimentos

Os moradores do Braço do Baú contaram ao deputado Venzon que as barreiras foram desmoronando consecutivamente, junto com a explosão do gasoduto Brasil-Bolívia. "Fomos sentir de perto e ouvir a comunidade. O maior número de mortos foi contabilizado nessa localidade. O que percebemos foi que os deslizamentos aconteceram mais nas áreas com cobertura nativa", comentou.

Entre os atingidos no local está Jorge Paulo Cândido, 44 anos. Segundo ele, o bananal segurou a lama, pois a vegetação nativa não agüentou. Ele também contou que 51 pessoas, com idades entre quatro meses a 74 anos, ficaram andando de morro em morro em busca de abrigo das 3 horas da manhã de



Deputados ouvem relatos de equipes envolvidas no socorro às vítimas

domingo até as 9 horas da manhã da segunda-feira, 24 de novembro, fugindo dos deslizamentos.

Cândido chorou ao contar aos deputados que a mãe não resistiu ao desastre. "O barulho não sai da minha cabeça. Saímos em cima da hora. Foi muito desesperador", continuou.

Rafael Pelz também vivenciou a tragédia. O rapaz lembrou a

história de Zairo Zabel, 29 anos, que perdeu a mulher de 26 anos, o filho de sete anos e a sobrinha. Sua irmã resistiu até ser socorrida, por volta das 17 horas. Devido à demora teve que amputar o braço. "Fizemos muitas ligações até o socorro chegar", declarou.

(*com colaboração de Carlos Kilian/Divulgação Alesc)

Lançado Fórum Permanente de Solidariedade

A Assembléia Legislativa, a pedido da deputada Ana Paula Lima (PT), lançou, dia 3, o Fórum Permanente de Solidariedade pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Enxurradas em 2008.

O grupo vai trabalhar no desenvolvimento de ações de apoio à Defesa Civil do Estado para socorrer os milhares de desabrigados pelas chuvas que assolaram Santa Catarina, principalmente no Norte, Vale do Itajaí e Litoral.

Imediatamente após o lançamento foi realizada a primeira reu-

nião do fórum com a presença dos deputados Jean Kuhlmann (DEM), Genésio Goulart (PMDB), Kennedy Nunes (PP), Sargento Amauri Soares (PDT) e do diretor-geral da Assembléia, Neroci Raupp.

Como presidente do fórum, Ana Paula afirmou que através dele serão realizadas ações concretas. Será marcada na próxima semana uma reunião com a presença do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), do presidente do Tribunal de Contas, José Carlos Pacheco, e do presidente do Tribunal de Justiça, Francisco de Oliveira

Neto, para tratar da questão.

Visita

Outra ação programada é a visita do ministro das Cidades, Márcio Fortes, e do senador Delcídio do Amaral (PT), no dia 5, aos municípios atingidos para avaliar os estragos. "No primeiro momento, nossa meta foi salvar vidas, agora entramos no segundo momento de reconstruir", ressaltou Ana Paula.

Na opinião dos parlamentares presentes, a iniciativa tem como

objetivo instituir uma frente de solidariedade às famílias atingidas pela tragédia e que hoje se encontram em estado de calamidade pública. Na condição de relator do fórum, Soares salientou: "Vamos, a partir do fórum, realizar ações de apoio à reconstrução dos municípios, além de fiscalizar os recursos públicos estaduais e federais para que cheguem às cidades e sejam usados nas obras de recuperação das áreas urbanas e rurais destruídas".

O diretor-geral Neroci Raupp, o Parlamento catarinense assi-

nou um convênio com a Defesa Civil para a compra emergencial de equipamentos e materiais necessários, entre eles, barcos e botes salva-vidas, capas de chuva, capacetes, botas de borracha e equipamentos para a remoção de lama e entulhos.

Outras ações do Parlamento são a arrecadação de donativos e disponibilização do corpo técnico de funcionários de forma voluntária aos atingidos. "Assembléia cumpre sua função pública e política num momento caótico que vive o estado", frisou.